

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.276 - MG (2019/0286692-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : WADSON BARBOSA ROCHA (PRESO)
ADVOGADO : HYGOR JOSE FEITAL BURATO - MG152391
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por WADSON BARBOSA ROCHA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG proferido no julgamento do HC n. 1.0000.19.087673-0/000.

Consta dos autos que o recorrente é réu em ação penal na qual lhe é imputada a prática do crime descrito no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de drogas).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJMG, pleiteando o trancamento da ação penal, ao argumento de que as provas que deram origem à ação penal seriam nulas. Também pleiteou a substituição da prisão preventiva por medidas alternativas, todavia, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. ART. 33 DA LEI Nº 1.343/06. ALEGAÇÃO DE DE ILEGALIDADE DA PRISÃO FLAGRANCIAL. INGRESSO DE POLICIAIS NA RESIDÊNCIA DO PACIENTE SEM MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. ILEGALIDADE NÃO VISLUMBRADA. TRÁFICO DE DROGAS. CRIME PERMANENTE. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INVIABILIDADE. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. QUANTIDADE DE TÓXICOS ARRECADADOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.

I - Em razão do caráter permanente do delito de tráfico de drogas, o flagrante é possível a qualquer momento, não constituindo ilegalidade o ingresso dos policiais, mesmo sem mandado de busca e apreensão, pois não socorre agente em situação flagrancial a regra constitucional a prever a inviolabilidade de domicílio se ausente mandado judicial.

II- Extrai-se da decisão vergastada toda a ratio deduzida pelo Magistrado a convencê-lo da necessidade da medida extrema, atendendo ao disposto no art.93, IX, da CF/88 e aos requisitos previstos no art. 312 do CPP." (fl. 107)

No presente recurso, a defesa alega que a droga não teria sido apreendida

em situação de flagrância. Sustenta que o ora recorrente foi abordado por policiais porque "*possuía mandado de prisão em aberto*" e foi obrigado a mostrar seu domicílio, onde teriam feito a busca sem o devido mandado judicial. Sustenta não ser razoável conferir a um servidor de segurança pública total discricionariedade para, a partir de mera capacidade intuitiva, entrar de maneira forçada na residência de alguém, uma vez que somente a autoridade judicial pode determinar busca e apreensão durante o dia, mediante decisão devidamente fundamentada. (e-STJ, fl. 125)

A defesa ressalta, ainda, inexistir denúncia robusta acerca da existência das drogas e que a invasão indevida ao domicílio do ora recorrente se deu apenas em razão de os policiais militares terem interrogado o paciente na rua, sem respeito aos seus direitos constitucionais.

No que diz respeito à prisão preventiva, a defesa sustenta que a magistrada, ao proferir a custódia, apenas citou os artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal – CPP, para embasar sua decisão, sem adentrar em fatos concretos, sendo certo que "*a simples gravidade abstrata de um delito não se presta a autorizar a decretação da prisão preventiva.*" (e-STJ, fls. 127/128)

Requer, então, o trancamento da ação penal e, subsidiariamente, que sejam determinadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP.

Ausente pedido de medida liminar.

O Ministério Público Federal emitiu parecer sintetizado nos seguintes termos (e-STJ, fl. 143):

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. CRIME PERMANENTE. ESTADO DE FLAGRÂNCIA. PRESCINDIBILIDADE DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO E DE AUTORIZAÇÃO PARA ADENTRAR À RESIDÊNCIA. PROVA LÍCITA. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA EXCEPCIONAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO DEMONSTRADA DE PLANO. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE DECRETADA. RISCO REAL DE REITERAÇÃO DELITIVA E GRAVIDADE EM CONCRETO DO DELITO. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO." (fl. 143)

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se o trancamento da ação penal ao argumento

de ilicitude da prova que embasou a denúncia ou a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas.

Sobre a suposta nulidade da apreensão da droga, o Tribunal *a quo* teceu as seguintes considerações (e-STJ, fl. 109):

"De início, insta mencionar que o trancamento da ação penal ou do inquérito policial somente se afigura possível, em sede de cognição superficial, se a inépcia da denúncia ou a atipicidade da conduta revelarem-se de plano, não se cogitando, na via estreita a análise de provas.

Ora, há de ser rejeitada a prefacial de nulidade, não constituindo ilegalidade o ingresso dos policiais na residência do suspeito, sem o mandado de busca e apreensão, em razão do caráter permanente do delito de tráfico de drogas, não socorrendo o agente em estado flagrancial a regra constitucional da inviolabilidade do lar."

Os fundamentos se harmonizam com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, o qual, em situações análogas ao caso concreto, assim decidiu:

"HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXAME DE FLAGRANTE FORJADO. REEXAME FÁTICO. FLAGRANTE NA RESIDÊNCIA. PRESCINDIBILIDADE DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. EXCEPCIONALIDADE DO TRANCAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA E SOFISTICADO MODUS OPERANDI. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Verificar se o flagrante em delito foi forjado (ilegal) ou esperado (legal), visando o reconhecimento ou não da atipicidade da conduta imputada aos Pacientes, no caso, demanda revolvimento fático-probatório, inviável na via estreita do habeas corpus. Precedentes.

2. Existindo a conduta autorizadora do flagrante no local, a autorizar a violação domiciliar, mostra-se desnecessário o prévio mandado de busca e apreensão.

3. Sendo constatada pelas instâncias ordinárias a existência de materialidade e indícios de autoria delitiva, mostra-se inviável o trancamento da persecução penal pela via excepcional do habeas corpus.

4. É válido o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto do fato delituoso, cifrada na quantidade de entorpecente apreendido - 10 kg (dez

quilos) de maconha. Precedentes do STJ.

5. *Não é ilegal a prisão processual de Acusado que se dedica ao exercício de atividade criminosa, evidenciado pela participação em esquema sofisticado, que traficava grandes quantidades de entorpecentes.*

6. *A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela. Precedentes do STJ.*

7. *Havendo fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, por consequência lógica, torna-se incabível sua substituição por medidas cautelares alternativas à prisão, por serem insuficientes.*

8. *Ordem de habeas corpus denegada."* (HC 476.306/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/02/2019)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO PARA ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE. INVASÃO DE DOMICÍLIO. RESPALDO LEGAL. CRIME PERMANENTE. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. DENÚNCIA. RÉU SOLTO EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA APÓS DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ESTABELECIDAS. AUSENTAR-SE DA COMARCA SEM AUTORIZAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI N. 11.343/2006. EXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CARÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. *Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

2. *'O ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio' (REsp 1.558.004/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 31/8/2017).*

3. *A inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, da CF) não é garantia absoluta nas hipóteses de flagrância de delito de natureza*

permanente, como no caso dos autos, em que o paciente foi flagrado por tráfico ilícito de entorpecentes e posse ilegal de munições, crimes de natureza permanente, elementos que legitimam o acesso ao domicílio do agente infrator.

4. A prisão preventiva está adequadamente motivada na necessidade de resguardar a aplicação da lei penal, considerando o descumprimento das medidas cautelares pelo paciente, especificamente a de não se ausentar da comarca sem prévia autorização do juízo.

5. 'Nos termos do art. 312, c/c o art. 282, § 4º, do CPP, o descumprimento injustificado de condição da liberdade provisória constitui motivação idônea para a sua revogação e negativa do direito de apelar em liberdade, diante da necessidade de assegurar o cumprimento da condenação' (HC 368908/AC, QUINTA TURMA, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 24/2/2017).

6. A pretensão de absolvição pelo delito do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 ou de sua desclassificação da conduta para o crime do art. 28 da referida norma não pode ser apreciada por esta Corte Superior de Justiça, na via estreita do habeas corpus, por demandar o exame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos (Precedentes).

7. É firme o entendimento desta Corte Superior de que 'o crime de tráfico de drogas é tipo misto alternativo restando consumado quando o agente pratica um dos vários verbos nucleares inserido no artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, sendo a venda prescindível ao seu reconhecimento' (HC 382.306/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 7/2/2017, DJe 10/2/2017).

8. O trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, inocorrentes na espécie.

9. A conclusão do Colegiado estadual se coaduna com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o crime previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/2003 é de perigo abstrato, sendo desnecessário perquirir sobre a lesividade concreta da conduta, porquanto o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física e sim a segurança pública e a paz social, colocadas em risco com a posse de grande quantidade de munições de diversos calibres.

10. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal, analisando as circunstâncias do caso concreto, reconheceu ser possível aplicar a bagatela na hipótese de apreensão de apenas uma munição de uso permitido desacompanhada de arma de fogo, tendo concluído pela total inexistência de perigo à incolumidade pública (RHC 143.449/MS, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 9/10/2017).

11. No caso em exame, conquanto seja possível, excepcionalmente, reconhecer a atipicidade material dos crimes

elencados na Lei n. 10.826/2003, verifica-se que o réu foi preso em flagrante na posse de 20g de cocaína (separados em porções), 1 balança de precisão, 66 sacos plásticos para embalar drogas, R\$ 1.459,00 (em notas diversas de R\$ 100,00 R\$ 50,00 R\$ 10,00 e R\$ 5), além de 18 munições calibre .32 e 13 munições calibre .38, no mesmo contexto fático, sendo, portanto, descabida a flexibilização do entendimento consolidado desta Corte, já que não restam preenchidos os requisitos para o reconhecimento do princípio da insignificância, máxime o reduzido grau de reprovabilidade da conduta (STF, HC n. 84.412-0/SP, STF, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, DJU 19.11.2004).

12. A posse de munição, de per si, configura o delito do art. 12 do Estatuto do Desarmamento, mesmo que ela tenha sido apreendida desacompanhada de artefato apto a efetuar disparos, não sendo possível, por consectário, cogitar o trancamento prematuro da ação penal.

13. Habeas corpus não conhecido." (HC 437.114/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2018)

Como se vê os fundamentos do Tribunal *a quo* estão em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, no caso de flagrante, o mandado de busca e apreensão é dispensável, sendo incontroverso nos autos que houve a efetiva apreensão de drogas.

Ademais, o Tribunal *a quo* ponderou que *"do relato prestado pela autoridade policial, verifica-se que o paciente autorizou a entrada em sua residência na presença da testemunha Dione"* (e-STJ, fl. 11). Destarte, seria inadequado, em sede de *habeas corpus*, analisar a ocorrência ou não da mencionada situação fática, tendo em vista a impossibilidade de revolvimento fático-probatório na via estreita do *writ*.

Destarte, não se cogita de nulidade das provas que deram suporte à denúncia, a qual aponta com clareza a materialidade delitiva e indícios de autoria, atendendo aos requisitos do art. 41 do CPP. Frise-se que o STJ pacificou o entendimento segundo o qual, em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida é possível somente quando ficar demonstrado – **de plano e sem necessidade de dilação probatória** – a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade, situações que não ocorrem no caso concreto

No que diz respeito à prisão preventiva, o Juízo de Primeiro Grau fundamentou que foram apreendidos *"03 pedaços de barras de substância análoga à*

cocaína", o que veio a ser comprovado. Assim decretou a prisão preventiva considerando o escopo de evitar novos crimes e proteção da coletividade (e-STJ, fl. 29).

Na mesma linha, o Tribunal Estadual entendeu estar plenamente justificada a prisão preventiva levando em consideração a natureza e a quantidade da droga apreendida (260 g de cocaína) juntamente com balança de precisão e grande quantidade de dinheiro e tendo em vista, também, que já havia mandado de prisão em desfavor do ora recorrente. Por oportuno, segue transcrito trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 112):

"Consta dos autos que havia mandado de prisão em aberto em desfavor do paciente e, após informações relatando onde este se encontrava, os policiais se direcionaram até o local e foi dada busca no conduzido, não sendo encontrado nada de ilícito.

Contudo, mediante autorização, os policiais adentraram à residência do acusado onde fora apreendido além de 260 g de cocaína, uma balança de precisão e R\$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais).

Atento a essas circunstâncias, a darem conta da mercancia ilícita praticada pelo paciente, a d. autoridade coatora houve por bem decretar a prisão preventiva em decisão idoneamente fundamentada, concorrendo à espécie os requisitos autorizadores elencados no art. 312 do CPP, revelando-se insuficientes as medidas alternativas consagradas pela Lei nº 12.403/11.

Ora, no caso vertente, a censurabilidade e a gravidade da conduta justificam a segregação provisória, mormente em se considerando a existência de anterior mandado de prisão em desfavor do paciente e a considerável quantidade de entorpecentes apreendidos."

Diante disso, tem-se que os fundamentos do Tribunal *a quo* estão em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a quantidade e natureza da droga, bem como circunstâncias da apreensão aliadas à vida pregressa do investigado evidenciam a gravidade concreta do delito e são elementos idôneos para fundamentar a prisão preventiva. A propósito, confirmam-se as ementas dos seguintes julgados:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO.
TRÁFICO DE DROGAS. FLAGRANTE FORJADO. REVOLVIMENTO
FÁTICO-PROBATÓRIO. INVOLABILIDADE DE DOMICÍLIO.**

CRIME PERMANENTE. PRESCINDIBILIDADE DE MANDADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja recomendável a concessão da ordem de ofício.

II - Inviável, na via estreita do habeas corpus, análise das alegações acerca do flagrante forjado, porque demandaria análise aprofundada do conjunto fático-probatório.

III - Alegação de nulidade da prisão em flagrante. O estado flagrancial do delito de tráfico, consubstancia uma das exceções à inviolabilidade de domicílio prevista no inc. XI do art. 5º da Constituição Federal, sendo permitida a entrada em domicílio independentemente do horário ou da existência de mandado.

IV - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

V - Na hipótese, o decreto prisional se encontra devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, seja pela quantidade da substância entorpecente apreendida, (aproximadamente 600 gramas de maconha), a indicar um maior desvalor da conduta perpetrada; seja em virtude da contumácia delitiva do ora Paciente, haja vista que o agente 'é reincidente, eis que possui três condenações com trânsito em julgado, sendo o último de 19.06.2012 (fls. 33), pela prática do crime de homicídio qualificado tentado [...]', justificando a prisão, nesse caso, para se inibir a sua reiteração delitiva. (precedentes do STF e do STJ).

VI - As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, entre outras, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao Paciente a revogação da prisão preventiva, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, como é o caso da presente hipótese. (Precedentes).

Habeas corpus não conhecido." (HC 547.735/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 19/12/2019)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O

TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. No caso, a custódia cautelar da recorrente encontra-se suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da quantidade de droga apreendida - 275 gramas de maconha, 147 comprimidos de ecstasy e 18 gramas de cocaína -, o que justifica seu encarceramento cautelar, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.

3. Ademais, a recorrente responde a outra ação penal também pela prática de tráfico de drogas, inclusive se encontrava em liberdade provisória quando foi novamente presa, o que também autoriza sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.

4. É incabível, na estreita via do habeas corpus, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

5. Recurso desprovido." (RHC 117.426/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 25/11/2019)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. A alegação concernente à desproporcionalidade da medida em relação ao resultado final do processo não foi objeto de exame no acórdão recorrido, o que obsta o seu exame por este Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

3. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do recorrente, evidenciadas pela quantidade de droga localizada - 520g de maconha -, o que, somado ao envolvimento de menor na prática delitiva, demonstra o risco ao meio social, recomendando a custódia para garantia da ordem pública.

4. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

6. Recurso parcialmente conhecido e, na extensão, desprovido." (RHC 121.276/MG, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 23/03/2020)

Assim, na esteira da fundamentação constante no acórdão impugnado, não identifiquei flagrante ilegalidade apta a ensejar a todavia interrupção da ação penal e tampouco qualquer irregularidade na fundamentação da prisão preventiva.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator